



**O processo de  
implantação da  
Vila de Santa  
Maria de  
Baependi como  
estudo de caso do  
conceito de  
regularidade no  
urbanismo  
português (1754-  
1814)**

**Maria Cristina Neves de  
Azevedo<sup>1</sup>**

**The process of  
implantation of the  
village of Santa  
Maria de Baependi  
as a case study of the  
concept of regularity  
in Portuguese  
urbanism (1754-  
1814)**

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura pela PUC-Rio com foco nas relações entre arte sacra e afirmação de hierarquia e distinção social. E-mail: maria.neves1@aluno.ufop.edu.br



### Resumo:

No debate sobre a implantação de povoações nos domínios coloniais europeus da América são relevantes as questões sobre a regularidade do espaço urbano. Utilizando como referência artigos produzidos sobre o urbanismo português, recorre-se aos argumentos que exploram a descrição da cidade em seus aspectos morfológicos, propondo como estudo de caso uma leitura da organização espacial do processo de implantação da vila de Santa Maria de Baependi entre 1754 e 1814.

**Palavras-chave:** Urbanismo, Minas Gerais, Baependi, Séculos XVIII e XIX.

### Abstract:

In the debate on the implantation of settlements in the European colonial domains of America, questions about the regularity of urban space are relevant. Using as reference articles produced on Portuguese urbanism, the arguments that exploit the description of the city in its morphological aspects are resorting to proposing as a case study a reading of the spatial organization of the process of implantation of the village of Santa Maria de Baependi between 1754 and 1814.

**Keywords:** Urbanism, Minas Gerais, Baependi, 18th and 19th centuries.

## Introdução

Levando em consideração a especificidade dos diferentes contextos - históricos, geográficos e políticos - nos quais se desenvolveram as povoações no território colonial luso americano propõe-se refletir sobre os sentidos de tradição, experiência e conveniência subjacentes à *regularidade urbana*. Entendemos que o conceito não atende exclusivamente aos preceitos da geometria, revelando uma multiplicidade de sentidos (REIS FILHO, 1999) e escolhas que estariam implícitas na tradição urbanística portuguesa, no reino e em seus domínios.

Partindo destas premissas, a escolha da *topografia* e a repetição de padrões, por *experiências sucessivas*, podem ser identificados como *regularidade* nos processos de ordenação do espaço promovidos em domínios portugueses. Como estudo de caso será apresentado o processo de estabelecimento do povoado de Baependi, situado no sul de Minas Gerais, em período anterior à sua elevação a vila, entre o século XVIII e 1820. O recorte cronológico está considerando um conjunto de documentos que permite percorrer a ocupação do povoado desde seus primórdios, tendo como referência inicial a capela particular de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, com registro de solicitação de funcionamento em 1723.

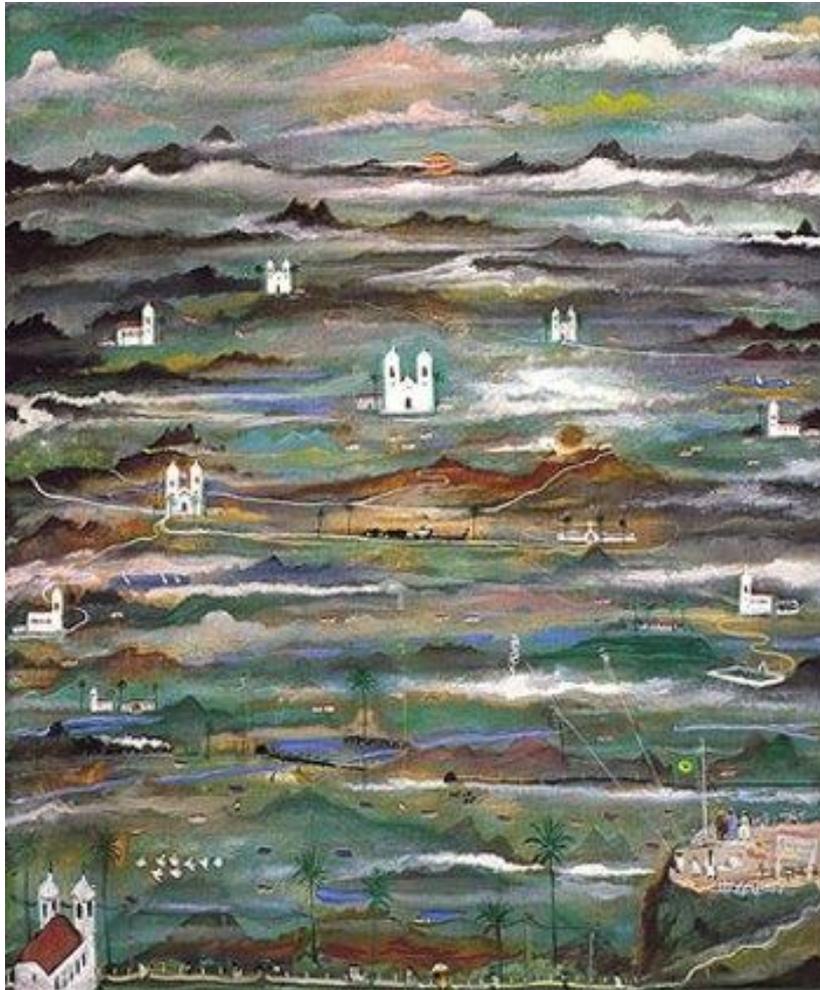
A posterior edificação da Igreja Matriz, com o registro do Termo de Doação do patrimônio para sua edificação (24/01/1754) institui, concomitantemente, o arraial de Baependi. Como limite temporal, a década de 1820, pelos registros de arrematação de obras públicas que resultaram na alteração da paisagem urbana da localidade em contexto histórico, político, econômico e cultural bastante diverso. Recorre-se à documentação coeva à formação da povoação e registros recentes - especialmente fotográficos - como suporte para a hipótese que se apresenta.

### **A regularidade no urbanismo português: topografia como oportunidade, tradição, experiência e conveniência**

O pintor Alberto da Veiga Guignard materializou em suas telas paisagens de Ouro Preto nas quais é possível visualizar aspectos da organização urbana que podem ser considerados como implícitos às povoações coloniais brasileiras. Dentre estas, a utilização de áreas elevadas para a implantação de povoações e construção dos principais edifícios locais, sejam religiosos ou civis; a relação intrínseca entre a morfologia urbana e a topografia, considerada “como oportunidade”; a relevância arquitetônica na ordenação espacial, tendo os edifícios institucionais função estruturante na organização da malha urbana e o alinhamento dos prédios em relação às vias.

O quadro *Fantasia de Minas* (Fig. 1) traz em sua composição a escolha de paleta de cores que promove contraste com a cor branca dos templos, salientando sua localização na topografia local e permitindo deduzir uma relação de predominância hierárquica do espaço entre os edifícios religiosos e demais componentes da povoação. Destaque para as igrejas e edifícios no tecido citadino, que apresentam aparente inserção aleatória na topografia,

sendo reconhecível discreto *alinhamento* para alguns dos conjuntos ao longo das ruas, e um mesmo direcionamento para suas portas (Bresciani, 2002, p. 20)<sup>1</sup>.



**Figura 1. Fantasia de Minas [Paisagem imaginante] (1955). Alberto da Veiga Guignard. Óleo sobre tela, c.i.d., 95 x 78 cm. Coleção Luiz Antônio Almeida Braga e Sr.ª**

Reprodução fotográfica: Pedro Oswaldo Cruz. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível no site: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8669/guignard>

O conceito de *regularidade* foi por muito tempo estritamente associado à geometria nos estudos urbanos. Ao longo das últimas décadas, esta perspectiva foi ampliada privilegiando leituras que o associam à “múltiplos sentidos” (REIS FILHO, 1999, p. 19). Esta perspectiva possibilita a análise da implantação de vilas e povoações a partir de matrizes e referências culturais baseadas em um conceito de *regularidade* mais amplo (TEIXEIRA;

---

<sup>1</sup> Em artigo publicado na coletânea *Cidade e História*, Maria Stella Bresciani recorre à *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences et des Métiers*, para o verbete cidades, no século XVIII, que identifica como convencional “e quase teatral da urbanidade”. Na descrição para a cidade um “conjunto de várias casas dispostas em ruas e cercadas por uma cinta em comum (...) indicando que todas as ruas conduzissem às portas” (Bresciani, 2002, p. 20).

VALLA, 1999, p. 14). Refere-se, portanto, a determinada normatividade presente na ordenação das povoações que não conheceram a intervenção formal e técnica de engenheiros militares ou a determinação de plano prévio para sua instalação. Considera-se como regularidade<sup>2</sup> determinados aspectos a partir da observação de “séries de eventos” repetitivos<sup>3</sup>, imprimindo características específicas aos espaços urbanos (REIS FILHO, 1999, p. 19) que seriam afeitas à tradição, à aplicação de rotina e experiência para o atendimento da conveniência e da comodidade dos povos.

A visualidade proporcionada pela utilização da topografia não escapou aos autores que tem a cidade como objeto de reflexão. Em referência específica à cidade de Ouro Preto, John Russell-Wood propõe que caminhar pelas cidades pode ser um bom exercício para “aprendermos a história de um lugar”<sup>4</sup>, afirmando que os portugueses teriam aproveitado a “topografia complicada [como] uma grande oportunidade” (RUSSEL-WOOD, 2008, p. 1). Sergio Buarque de Holanda, também aponta a “aceitação da *topografia* como *sugestão*” pelos portugueses (HOLANDA, 1988, p. 76), enquanto Paulo F. Santos defende que a escolha dos terrenos de destaque seria fator de valorização das perspectivas criadas nas cidades, ressaltando que este conhecimento era partilhado por arquitetos medievais e mestres coloniais que previam a “experiência desses resultados” sabendo de “antemão [os] efeitos dessa irregularidade para os tipos de edifício que usavam” (SANTOS, 1968, p. 7)<sup>5</sup>.

Interessado em identificar as tradições que estiveram na base da cidade portuguesa, Manuel Teixeira aponta a tradição vernácula tendo como referência os *castros*<sup>6</sup> e a herança grega defendendo que a solução topográfica das “colinas” para a implantação das povoações lusas seria tradição longeva (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 16). Segundo o arquiteto, a tradição mediterrânica/grega teria como orientação a estruturação da malha urbana a partir de edifícios singulares – de natureza cívica ou religiosa – que dominam a paisagem por sua localização em pontos culminantes da topografia.

Para o pesquisador, as cidades portuguesas têm como especificidade a “criteriosa [e] cuidadosa adaptação ao sítio e o papel determinante que os edifícios institucionais, (...), na estruturação do território urbano” (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 15-17). As povoações estariam

<sup>2</sup> A se pensar no sentido de regularidade para o século XVIII, o jesuíta Raphael Bluteau o define por “disciplina regular, observância regular, regras bem guardadas (Bluteau, 1728, p. 206).

<sup>3</sup> Dentre estes eventos o *alinhamento das casas* que determinavam a divisão entre os espaços públicos e privados, mesmo em terrenos nos quais a “acomodação às condições topográficas” implicassem em maior dificuldade; a *largura constante* para as ruas e a *uniformidade das fachadas* (Reis Filho, 1999, p. 19-22)

<sup>4</sup> Considero a perspectiva da observação *in loco* por pesquisadores que tem a cidade como objeto de análise bastante sugestiva, pois permite a percepção da relação entre visualidade e inserção dos edifícios e equipamentos urbanos na malha citadina. Sobre a visita *in loco* em estudos de história da cidade ver Teixeira e Valla, 1999. Sobre a percepção da visualidade dos edifícios na malha urbana ver Pereira, 2000; Brenna, 1981.

<sup>5</sup> No projeto Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa coordenado por Manuel Teixeira, o tópico 19 refere-se “A dupla vertente do urbanismo português. A síntese da teoria e da experiência prática” no qual afirma que a “experiência prática” teria sido preponderante até o século XVII. No entanto, ressalva é feita à reconstrução de Lisboa após o terremoto, em que o projeto de Manuel da Maia deveria atender uma necessidade imediata, qual seja a edificação de moradias para a população.

<sup>6</sup> Os castros seriam uma forma típica de aglomerado populacional pré-romano que não contava com arruamentos regulares ou praças urbanas. Jorge Alarcão. “A cidade romana em Portugal: a formação de ‘lugares centrais’ em Portugal, da Idade do Ferro à romanização”. In: *Cidades e História*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1992.

sempre “projetadas no sítio e com o sítio (...) [e] o seu traçado apenas se [concretizaria] no confronto com a estrutura física do território” (TEIXEIRA, 2000). Nesta perspectiva urbanística, os edifícios religiosos e administrativos predominam no espaço urbano, como “pólos aglutinadores [que] dão sentido aos espaços em volta” (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 18).

Inúmeros foram os núcleos de um povoado, arraial ou vila que partiram de uma capela singela ou a edificação da matriz de uma freguesia colada como fator normativo para sua ordenação, constituindo seus adros, pátios e terreiros os antecessores dos espaços públicos e coletivos, como praças e largos (MARX, 1989, p. 8)<sup>7</sup>. Desse modo, pode ser considerado como uso *costumeiro* para o estabelecimento das povoações no território luso americano (AZEVEDO, 1944, p. 63) as cidades que tem como elementos geradores “as igrejas e os conventos” localizados em pontos culminantes da topografia<sup>8</sup>.

Rodrigo de Almeida Bastos entende que a Coroa portuguesa, em seu processo de ocupação do território de sua colônia americana, aceitava as “sugestões topográficas” adaptando a implantação dos arraiais, vilas e cidades “às circunstâncias, costumes e pré-existências físicas, naturais e construídas” (BASTOS, 2007, p. 40). Segundo esta perspectiva, os assentamentos seguiriam regras de *conveniência* que regulavam e orientavam a administração urbana, adequando os objetivos da política metropolitana “ao modo de vida colônia que se estabelecia” (BASTOS, 2012, p. 204-205). Para Vila Rica, defende que a implantação da nova vila no alto entre as duas freguesias – de Antônio Dias e Pilar – seria uma ocupação estratégica do ponto de vista administrativo por sua “proeminência topográfica [que] proporcionava amplo domínio visual sobre os arraiais” (BASTOS, 2012, p. 209).

Não se pode, no entanto, restringir a análise das vilas e cidades brasileiras ao exame de modelos vernáculos repetindo a máxima da ausência de racionalidade e planejamento nas povoações implantadas por Portugal em terras americanas. Neste sentido, considera-se válido aproximar o conceito de *regularidade* à ideia de planejamento e de poder: “poder planear e poder de impor a concretização do modelo planeado” como faz Manuel Teixeira (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 13). A partir deste referencial a *cidade racional, geométrica* deve ser entendida como expressão de um maior controle do processo de implantação de povoações pelo poder dominante no território em questão.

---

<sup>7</sup> Para o caso do Brasil foi relevante a influência jesuítica na composição de aldeamentos que, posteriormente, transformaram-se em vilas e cidades. A formação erudita destas povoações, pelos conhecimentos de matemática, arquitetura e engenharia militar deve ser reconhecida como grande influenciadora das urbes luso americanas.

<sup>8</sup> Fernando de Azevedo traz um conjunto de imagens fotográficas apresentando perspectivas de antigas cidades brasileiras, dentre elas Ouro Preto, Mariana, São João del Rei. Ao se referir ao desenvolvimento de Vila Rica diz que a povoação estava a “corcovear por sobre o atormentado relevo do local em que se plantou” (Azevedo, 1992, p. 51-52)

**Cartografar, proteger, ocupar e explorar terras: o conhecimento técnico como instrumento de povoamento<sup>9</sup>**

Entendendo que todas as povoações são planejadas, Teixeira afirma que aquelas que foram racionalmente ordenadas estariam submetidas a um maior controle do poder administrativo, contando com a elaboração de planos de edificação (ou reestruturação) de seu espaço urbano em perspectiva geométrica. Esta proposta seria indicativa para contextos históricos e políticos relacionados à delimitação territorial e maior centralização do poder (RAMINELLI, 2012, 42; RODRIGUES, 2013, 2015). Partindo dessa premissa, Walter Rossa e Manuel C. Teixeira apresentam recortes cronológicos para a criação ou reformulação de vilas e cidades em Portugal. Seriam estes os períodos relativos à formação do Estado-Nação - com a delimitação do território nacional -, o contexto da Restauração - com a necessidade de fortificações - e a reconstrução de Lisboa. Especialmente após o século XVII, muito desta cronologia pode ser relacionada aos domínios ultramarinos, em especial o Brasil (ROSSA, 2002, p. 364; TEIXEIRA, 1999, p. 14-24).

A organização do espaço brasileiro contou com profissionais ligados à carreira militar desempenhando tarefas diversificadas como a edificação de estruturas de defesa, prédios institucionais e residenciais e a produção de conhecimento sobre a topografia local (SILVA, 1999, p. 71; RAMINELLI, 2012, p. 42). Nos reinados de D. João V e D. José I foram empreendidos esforços voltados à ocupação do território fronteiriço e da ampliação da exploração colonial, solicitando o desenvolvimento de conhecimento cartográfico e científico amplo<sup>10</sup> o que levou profissionais - primeiramente estrangeiros - a percorrer e desenhar o território, planejar e levantar vilas sendo o espaço urbano uma expressão do controle e domínio dos povos e terras<sup>11</sup>.

Para Ronald Raminelli, o século das luzes teria promovido uma expansão do conhecimento espacial dos impérios coloniais, a partir do registro cartográfico do litoral e interior, inventariando fronteiras em áreas estratégicas e limítrofes na América, sendo uma ferramenta para a preservação dos domínios coloniais “cartografar, proteger, ocupar e

---

<sup>9</sup> Este subtítulo foi retirado do texto de Ronald Raminelli por considerá-lo síntese da ação dos engenheiros e cartógrafos no processo de implantação de vilas e cidades no território brasileiro, ao longo do século XVIII. (Raminelli, 2012, p. 37).

<sup>10</sup> As áreas de interesse nas expedições se voltavam à história natural – que hoje compõe os campos da biologia, economia, química, agronomia e etnologia – ao registro de plantas e animais, localização de acidentes geográficos, reservas minerais, potencialidades produtivas, descrição geral dos povos - incluindo suas doenças, áreas e capacidade de produção, cultura e política de forma geral. Para a descrição e catalogação desses materiais foram produzidos manuais com normas e diretrizes para a descrição e coleta. Segundo Magnus Pereira e Ana Lúcia Cruz, Portugal teria acompanhado o movimento de padronização das observações de campo dos naturalistas que ocorria na Europa e que, no século XVIII, produziu duas vertentes de manuais: “obras de cunho mais geral [e] obras específicas que aprofundavam assuntos como transporte [de espécimes], conservação, transplante e cultivo de vegetais” (Pereira e Cruz, 2009, p. 243).

<sup>11</sup> Sobre o tema também dissertam Damião Rodrigues – que traz abordagem acerca da cartografia como ferramenta para as negociações diplomáticas e o estabelecimento de fronteiras entre os domínios espanhol e português na América do Sul –, Magnus Pereira que analisou a produção de manuais científicos de orientação aos viajantes e pesquisadores, fossem estes à serviço da Coroa ou mesmo leigos, considerando a prática da observação comum à todos os que se interessavam pelas ciências e Ronald Raminelli que procurou analisar as iniciativas de reconhecimento científico, geográfico, econômico e social no espaço colonial português e a efetivação destas propostas (Rodrigues, 2018; Pereira e Cruz, 2009, Raminelli, 2012).

explorar terras” (RAMINELLI, 2012, p. 37). Tiago Kramer Oliveira aponta a necessidade do aprofundamento dos estudos sobre a “relação entre a espacialização das conquistas e a produção de mapas que fazem referência a elas” (OLIVEIRA, 2015, p. 44), pois a representação do espaço seguia diretrizes múltiplas, servindo à “interesses econômicos, políticos, geopolíticos e científicos, todos eles relacionados às conquistas territórios americanos representados nos mapas” (OLIVEIRA, 2015, p. 41).

Segundo José Damião Rodrigues, a relação entre saber e poder - através do incentivo e patrocínio régio para a efetivação de viagens de exploração - configurou-se como uma das ferramentas dos impérios europeus para a afirmação de soberania em espaços coloniais (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 136; RAMINELLI, 2012, p. 38-39; RODRIGUES, 2015, p. 1-3)<sup>12</sup>. As iniciativas de coleta e organização de dados sobre os domínios ultramarinos produziu material de reconhecimento sobre o território brasileiro contribuindo para “redescobrir uma geografia e uma história natural e a inventar uma identidade” (RODRIGUES, 2015, p. 26)<sup>13</sup>. A produção cartográfica foi relevante em função dos investimentos realizados pela Coroa, produzindo uma “admirável coleção de mapas” que transportaram para Lisboa, “em forma de papéis” as “fronteiras americanas do império” (RAMINELLI, 2012, p. 42)<sup>14</sup>.

Como estratégia fundamental da ocupação e domínio foram efetivadas a fundação e refundação de povoações, a edificação de fortificações, o controle de acessos, medidas políticas e econômicas voltadas para o desenvolvimento da colônia e controle territorial “nas mais distantes paragens da Amazônia setecentista” (RODRIGUES, 2015, p. 1-2)<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> Manuel C. Teixeira informa sobre a ocorrência de duas missões de reconhecimento e registro cartográfico da colônia portuguesa na América. A primeira conhecida pela presença dos padres matemáticos, que esteve no Rio de Janeiro entre os anos de 1730 e 1748, levando ao estabelecimento dos termos do Tratado de Madrid. Uma segunda leva composta por engenheiros, matemáticos e astrônomos – com conhecimento mais atualizado – foi nomeada em 1750. Dentre os técnicos que compunham a missão, num total de 34 integrantes, apenas 10 eram portugueses. Este grupo teve ação determinante no projeto de urbanização da região amazônica e nas negociações que se desenrolavam com a Espanha e outras nações europeias com interesses na ocupação daqueles territórios (Teixeira, 1999, p. 136; Raminelli, 2012, p. 38-39).

<sup>13</sup> As iniciativas promovidas pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, na administração de Furtado de Mendonça, Melo e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho, permitiu o acúmulo de conhecimento sobre o território brasileiro com a participação de inúmeros luso-brasileiros formados na Europa, especialmente em Coimbra e Montpellier. Publicaram obras que permitiram o registro de conhecimento sobre o Brasil, sendo considerado por Damião Rodrigues “um dos mais importantes elos na linha de continuidade intelectual e reformista” entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX (Rodrigues, 2015, p. 26).

<sup>14</sup> Para José Damião Rodrigues, os esforços promovidos pela Coroa teriam revelado uma grande discrepância entre os objetivos e os resultados efetivados visto o conhecimento acumulado não ter produzido o controle territorial almejado pela monarquia portuguesa (Rodrigues, 2015, p. 3).

<sup>15</sup> Ronald Raminelli ressalta que as iniciativas de “inventário do espaço” não foram uniformes no que diz respeito às conquistas, visto no território das colônias africanas não haver o resultado de consolidação de limites em função da ausência de investimento metropolitano e da instabilidade política da colonização do continente (Raminelli, 2012, p. 36-37). Tendo como estudo de caso a ocupação e desenvolvimento da bacia amazônica na segunda metade do século XVIII, Jose Damião Rodrigues buscou analisar a relação entre a produção de conhecimento a partir do incentivo régio voltado para a execução de viagens de exploração entendendo estas iniciativas como uma das modalidades utilizadas pelos impérios europeus para a afirmação de soberania em espaços coloniais com vistas à sua apropriação e controle territorial (Rodrigues, 2015, p. 1-2). No que toca especificamente à implantação de novas vilas, Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que a política de

Porque ali, [na Amazônia e no Mato Grosso] mais do que em qualquer outra região do Brasil, as cidades representavam elementos discursivos enfáticos da relação de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer ou, antes, reivindicar. E a decisão de as fazer, várias, e no mato, implicou uma importante e significativa mudança na leitura do próprio território (ARAÚJO, 2012, p. 42).

A criação de vilas e cidades no contexto de delimitação do território colonial na América portuguesa promoveu a instauração da legitimidade da Coroa portuguesa sobre este espaço regulamentando - através da edificação “*conveniente*”, decente e cômoda das novas povoações - sua “boa direção” desde a implantação dos novos núcleos. Em uma mesma “providencia política” foram ordenados o espaço e as relações sociais, incorporado o território e seus habitantes “ao controle fiscal e administrativo da Coroa” (ARAÚJO, 2012, p. 43).

Segundo Bastos as “regulações (...) deveriam reger também, pois, a *prudente* implantação das povoações, assim como a acomodação dos povos” (BASTOS, 2012, p. 224). É a partir da associação entre *decoro*, adequação e *conveniência*<sup>16</sup> que Rodrigo de Almeida Bastos irá sustentar um paradigma diverso da historiografia clássica para o processo de urbanização portuguesa na América. Tomando como estudo de caso a cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, aponta que

a consideração do *decoro* contribuiu para a consolidação de uma política de expansão e conservação das conquistas e povoações mineiras, *baseada na atenção aos costumes, às condições dos sítios e dos edifícios já construídos*; contribuiu também para a *consolidação de uma disposição portuguesa pela adequação aos contextos e circunstâncias coloniais*, efetivada em povoações cuja *regularidade primordial não deveria advir senão justamente dessa decorosa disposição pela adequação*, e não apenas da geometria (BASTOS, 2012, p. 202. Grifo meu).

A necessidade de estabelecimento de jurisdição, com a criação das primeiras vilas, para as descobertas auríferas no território das Minas Gerais, foi segundo Bastos uma ação política, ação que permaneceu durante todo o período colonial<sup>17</sup>. A ocupação dos terrenos

---

povoamento implementada por Sebastião José de Carvalho e Melo teria sido mantida, mesmo após a sua saída (Delson, 1997, p. 31 e seguintes; Silva, 1999, p. 74-75).

<sup>16</sup> Rodrigo de Almeida Bastos busca explicitar a utilização do termo “urbanismo” em sua reflexão sobre a regularidade e a ordem nas povoações das Minas setecentistas. Concordando com Rafael Moreira, que alerta para o uso do termo para a implantação das cidades coloniais luso-brasileiras, Bastos define “urbanismo” como o “conjunto de tradições, práticas e princípios que condicionaram os processos de implantação, aumento e conservação de povoações” (Bastos, 2007, nota 16, p. 37).

<sup>17</sup> Claudia Damasceno Fonseca, em artigo que propõe a analisar a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas, alerta que a imposição do Estado naquela região se fez sem retardo e, a criação de vilas esteve ligada tanto aos interesses da metrópole quanto dos moradores das localidades. No entanto, devem ser levadas em consideração a desproporcionalidade entre o número de vilas e a população mineira, considerando que o número de concelhos/vilas é ínfimo se contraposto ao número de arraiais existentes no mesmo período – mais de 300. Esta irregularidade na implantação de unidades administrativas no território seria outro ponto relevante a se considerar (Fonseca, 2012, p. 83).

seguia uma determinação metropolitana, gerando negociações e jogos de interesse mútuos – entre aqueles que ocupavam (os colonos) e aquele que concedia (a Coroa) – viabilizando o domínio e a exploração colonial em todos os sentidos. Para o Rio de Janeiro, Silvia H. Lara destaca que a interferência na legislação que regulava o uso dos terrenos urbanos constituía “um ato político, garantindo lugar privilegiado e uma posição estratégica do ponto de vista econômico” (LARA, 2007, p. 38).

Nesse sentido, a topografia utilizada como uma *oportunidade* (RUSSELL-WOOD, 2008, p. 1) para a conformação da ocupação territorial no Brasil-colônia pode ser pensada como uma possível chave de leitura da configuração urbana nas Minas Gerais no contexto de dominação colonial. Tirando proveito de sua topografia para a edificação dos prédios civis e religiosos, as povoações mineiras apresentam expressiva plasticidade, sugerindo a elaboração de uma narrativa espacial como representação da sociedade ali estabelecida. Importante salientar que, como organismo vivo e em constante transformação, diversas camadas de intervenção e narrativa são encontradas no processo de organização do espaço físico e social.

Reconhecidas como vilas e cidades orgânicas, que pontualmente teriam recebido a implantação de projetos urbanísticos voltada para uma ordenação de seus espaços públicos, pesquisas no âmbito da arquitetura sugerem que sua irregularidade não significaria ausência de ordenação. Enquanto as cidades planejadas seriam exemplo da interferência direta do poder, aquelas em que a morfologia não apresenta uma regularidade formal, sendo considerada “menos regular – do ponto de vista de uma ordem aparente, geométrica – e baseada em princípios de cultura urbanística não codificados explicitamente” seriam o fruto de um processo de “múltiplos interesses privados” (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 14), designadas por *populares* ou *vernáculas*.

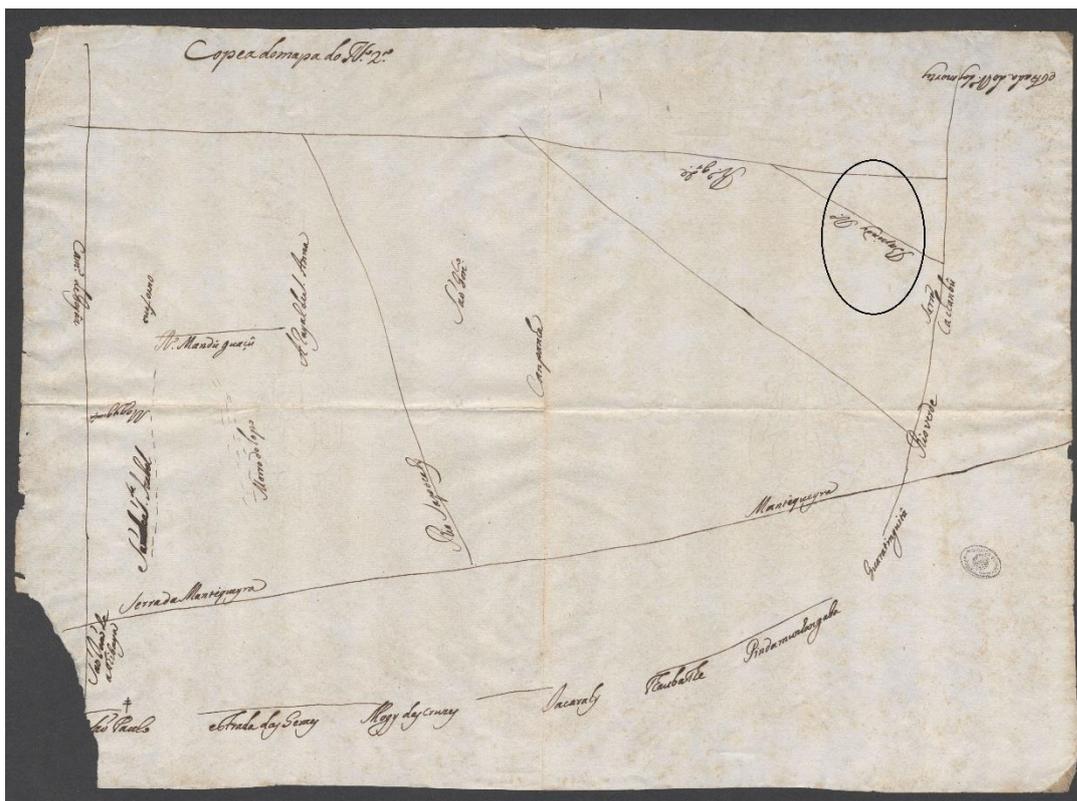
As cidades sem “ordem aparente” seriam constituídas de uma “racionalidade implícita e sempre presente no ato de construir e de urbanizar”. Para Teixeira, esta não-racionalidade seria a dimensão mais importante da “natureza dos espaços urbanos” (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 14). Considerando-se este como um ponto relevante para se refletir acerca da ordenação dos espaços urbanos nas Minas Gerais, entre a segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX, será apresentada uma interpretação para a implantação da povoação de Baependi. Localizada em região onde não foi identificada a orientação técnica, registro gráfico ou intervenção administrativa direta<sup>18</sup>, propomos analisar algumas características que podem ser encontradas em vilas e cidades como ocorrência do urbanismo português.

### Regularidade como experiência e conveniência em Baependi, Minas Gerais

---

<sup>18</sup> Refiro-me especificamente à presença de engenheiros e arquitetos militares, à execução de planos e plantas para implantação dos prédios, ruas e demais equipamentos urbanos ou, ainda, a orientação manuscrita para a organização do espaço urbano em vila recém-criada, como presente em Ordens e Cartas Régias para algumas localidades do Brasil colônia. Cf. Delson, 1997; Araújo 1992, 2001, 2012; Reis Filho, 1968, 1999; Bastos, 2007, 2012; Santos, 1968; Fonseca, 1999, 2003, 2007, 2011.

Geograficamente, Baependi está localizada na porção sul do território de Minas Gerais que conheceu ocupação contemporânea aos primeiros tempos da colonização da capitania (VASCONCELOS, 1974, v. 1, p. 79 e 96) sendo registrada a ocorrência do rio Baependi em roteiro datado para o ano de 1710, o que confirma a assertiva de Diogo de Vasconcelos em relação à sua origem coeva aos primeiros descobrimentos. Interessante ressaltar, que o rio Baependi (Fig. 3 – em destaque), faz referência ao cruzamento dos caminhos que levam ao rio das Mortes, sendo indicado pelo historiador como o “atalho em muito melhores condições, [que] partindo do *Mbaependy*<sup>19</sup> e atravessando o sertão das Carrancas para sair em São João d’El Rei” (VASCONCELOS, 1974, v. 2, p. 223).



**Figura 3. Em destaque, no círculo, registro do rio Baependi, confirmando fazer parte do caminho para as Minas**

Fonte: *Roteiros de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, Serra da Mantiqueira, 1710*. AHU\_CARTm\_023, D. 1207.

Não podemos afirmar que a localidade tenha sido contemplada com a intervenção voltada ao planejamento urbano<sup>20</sup>, no entanto, é possível verificar que a fiscalização real esteve presente desde o século XVIII, através da nomeação de funcionários visando a implantação e controle das atividades produtivas, a distribuição de terras e o controle do

<sup>19</sup> O topônimo Baependi seria corruptela de *Mbaependy* que tem inúmeras traduções. Dentre estas, destacamos “muitos caminhos dependurados” do dr. José Mendes de Almeida Júnior, citada por Waldemar de Almeida Barbosa em seu *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saterb Ltda, 1971, p. 55.

<sup>20</sup> Não há no acervo histórico local, ou mesmo no Arquivo Público Mineiro, referência documental que faça menção à planta ou plano de ordenação urbana para a localidade. São identificados inúmeros militares na região, inclusive um Mestre Campo na Fazenda do Caxambu, integrante da Freguesia de Baependi. No entanto, não há menção a qualquer interferência na organização espacial do arraial, criado em 1754.

comportamento da população sedentária e circulante<sup>21</sup>. Concomitantemente, se fizeram presentes instâncias de controle no âmbito religioso, com a instalação de freguesias e o atendimento ao pedido de assistência religiosa, sendo Baependi identificada como freguesia<sup>22</sup> desde as primeiras décadas do século XVIII<sup>23</sup>. Nesse sentido, o espaço foi controlado tanto pela instância religiosa quanto pela administração metropolitana, sem que houvesse a implantação e a ordenação urbanística de uma povoação, vila ou cidade.

Documentos referentes à história local permitem vislumbrar a existência de uma *regularidade* “não codificada explicitamente” na escolha para a implantação dos prédios religiosos, com destaque para a igreja matriz e seu largo, e na disposição das moradias junto aos principais edifícios religiosos e civis. Segundo Teixeira, as influências culturais e de modelos arquitetônicos e urbanísticos na experiência portuguesa, teriam amalgamado a particularidade de muitas das suas povoações. Neste sentido, podem ser consideradas como uma síntese de “elementos tradicionais e eruditos” que estariam vinculados aos contextos históricos nos quais estariam inseridos (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 216).

No ano de 1754, em registro de Termo de Doação de “uma sorte de Campos à N. Snr<sup>a</sup> para a fatura de nova Matriz”<sup>24</sup> foi criado o “arraial franco e livre” (PELÚCIO, 1942, p. 45-48). Para a matriz de Baependi, o lugar escolhido no Campo do Formigueiro permitiria o atendimento aos quesitos das prescrições tridentinas (VIDE, 2007, p. 252-253), sendo o terreno alto e longe de umidade, configurando-se um padrão recorrente no urbanismo português (Fig. 4). O predomínio de patrimônios eclesiásticos em terras seria a premeditação da construção de casas no entorno do prédio religioso o que representa, materialmente, a “proeminência da função religiosa que serviu de ponto de concentração inicial” (DEFFONTAINES, 1944, p. 299) para as povoações. O Termo de Doação da matriz de Baependi pode corroborar esta hipótese.

(...) por quanto a nossa *intenção* é *Doarmos o dito campo para fazerem as suas moradas e casas, e Quintais, (...) poderão porém, as suas lojas e venda*

<sup>21</sup> Segundo as Cartas Patente passadas em nome de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, datadas para os anos de 1717 e 1723, quando foi nomeado *Sargento-mor com a superintendência das Coudelarias do Caminho Velho* (APM, Seção Colonial, Códice 12, Registro de Provisões, Patentes e Sesmarias, f. 22-22v) e *Capitão-mor* (APM, SC-21, Livro de 1721-1725, Registro de Cartas Patentes, Provisões, etc., ff. 130v e 131).

<sup>22</sup> Com a criação do Bispado de Mariana, em 1752, Baependi foi elevada à vigairaria colativa contando com padre com cômputo paga pela Coroa. AHU\_ACL\_CU\_011, Cx.59, doc. 37 – 1752, fev 16 – *Alvará de criação da nova vigairaria de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi cômputo de 200 mil reis*.

<sup>23</sup> No ano de 1723, o capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, solicita a permanência de padre para a assistência aos sacramentos em sua capela particular, se responsabilizando por sua manutenção. DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SEÇÃO HISTÓRICA. Solicitação em nome dos moradores de Baependi, de interseção junto a uma autoridade eclesiástica para permanência de religioso no lugar. 04/04/1723. APESP 88-2-22. Transcrição 7 – Fólio 1r. Cópia cedida por Maria Celia Maciel Dias, responsável pelo Arquivo Municipal de Baependi.

<sup>24</sup> Entre as partes os doadores Luiz Pereira Dias e Maria Nogueira do Prado, filha do capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, que teria trazido a imagem de Nossa Senhora de Montserrat para a localidade. No termo de doação, além da exigência da edificação da matriz no local indicado, o orago deveria ser o mesmo da antiga capela particular sediada na Fazenda do Engenho, de propriedade do dito capitão (Pelúcio, 1942, p. 45-48).

*de Molhados, tendas de ofícios; cujas moradas de casas, que os moradores fabricarem poderão venderem a quem quiserem, e disporem delas na forma, que lhes parecerem (PELÚCIO, 1942, p. 47).*



**Figura 4. Atualmente rua Major José Izalino, que comunica a praça central à antiga estação ferroviária. A imagem permite a percepção do protagonismo da igreja matriz na paisagem local, por sua localização em ponto dominante da paisagem, destacando-se em relação ao conjunto edificado, corroborando a tese de uma tradição para a edificação de templos**

Fonte: Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Baependi. s.a., s.d.

Não apenas a igreja matriz tem sua localização privilegiada na topografia local. As capelas das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Boa Morte foram construídas em pontos de destaque da localidade, reafirmando a escolha por uma ordenação espacial em que os edifícios principais estruturam as povoações. Junto às capelas formaram-se, ao longo do tempo, os largos que deram origem às praças que atualmente existem (Fig. 5 e 6).



**Figura 5 – Em primeiro plano a praça Monsenhor Marcos, em frente à Matriz. Ao fundo, a capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que foi edificada em plano superior. A Irmandade teve seu compromisso registrado no ano de 1820**

Fonte: Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Baependi. s.a., s.d.

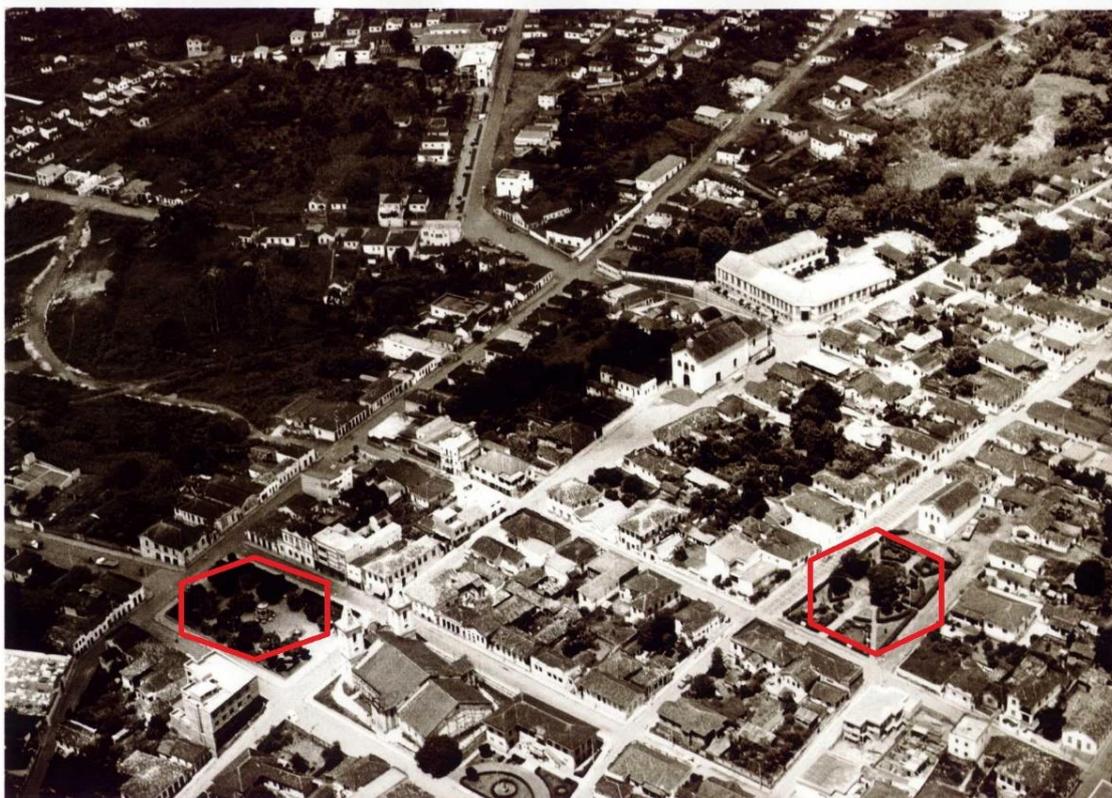


**Figura 6. A capela da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, cujo compromisso foi registrado no ano de 1815, concomitante à criação da vila, mas que teve sua construção efetivada na segunda metade do século XIX**

Fonte: Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Baependi, s.a., entre as décadas de 1930 a 1940.

A necessidade da identificação da origem do chão onde surgiram os arraiais foi dos geógrafos, como aponta Sergio da Mata e, por isso, a “eles devemos a descoberta da importância dos patrimônios como espaço primordial onde se formou uma parcela significativa dos embriões de cidades brasileiras” (MATA, 2002, p. 200). Para Zoroastro Passos, para conhecer a história de nossas cidades deveríamos conhecer a história de nossas capelas (MATA, 2002, p. 200), o que explicaria a configuração espacial de nossas povoações a partir de “uma igreja e uma praça”, expressando o vínculo entre a organização espacial e a vida social que engendra (Fig. 7 e 8).

Seu entorno, a *praça*, é o *espaço de socialização* no qual os habitantes do arraial e os que vem das redondezas travam contato, fazem as *festas* do padroeiro e desfilam procissionalmente (MATA, 2002, p. 204).



**Figura 7. Vista aérea do centro de Baependi, vendo-se à esquerda – em destaque vermelho – a praça Monsenhor Marcos, antigo Largo da Matriz. À direita, também destacado, a praça Argentino Rios, antigo Largo da Boa Morte**

Fonte: Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Baependi, s.a., entre as décadas de 1940 e 1950.



**Figura 8. Procissão em direção à igreja matriz, vendo-se a população acompanhando o cortejo.**

Fonte: Acervo Histórico Municipal, s.a., s.d.

Alçada à vila somente na primeira década do século XIX, especificamente em 1814<sup>25</sup>, foi a partir daí que efetivamente tiveram início os investimentos e as intervenções do poder público no espaço da sede da Vila. A instalação da Casa da Câmara e Cadeia e o Pelourinho ocorreram na principal área da localidade, especificamente junto à igreja matriz, qualificando o espaço e seus moradores. Para os primeiros anos da vila não ocorreram transformações substanciais em sua morfologia. A instalação de equipamentos urbanos, como chafarizes e fontes para o abastecimento da população somente será executada após 1826.

O alinhamento das ruas e a construção de calçadas também não foram imediatos, tendo ocorrido a partir da década de 1820, no entanto, pelo levantamento efetuado para o imposto da Décima dos Prédios Urbanos<sup>26</sup> é possível vislumbrar uma sequência de imóveis o que leva a acreditar que as edificações se organizavam segundo um critério pré-concebido, organizando-se em linhas contínuas nas áreas de maior relevância e concentração de poderes. Dessa maneira, junto à igreja de Nossa Senhora de Montserrat, ao redor do largo da matriz, residia a maior parte dos habitantes da nova vila, oscilando entre 40 e 43 imóveis

<sup>25</sup> APM. Secretaria de Governo da Província. Cx. 91, Doc. 18 - Alvará de Criação da Vila de Santa Maria de Baependi, 19 de julho de 1814.

<sup>26</sup> Nas listas da Décima dos Prédios Urbanos de Baependi (1815-1833), não é citada a rua do Cavaco como pertencente à povoação. No entanto, em documento relativo à construção de equipamento urbano para abastecimento de água à população, encontra-se referência ao logradouro, com indicação de sua distância e da situação econômica de seus moradores “de reconhecida pobreza” (“Requerimento da Câmara ao Procurador sobre a arrematação do Aqueduto por Domiciano Ribeiro Nogueira”. 17/01/1826. Arquivo Histórico Municipal de Baependi, Documentação Avulsa - Cx. 9, Doc. 212, f. 2v.).

## Artigo

Maria Cristina Neves de Azevedo

entre os anos de 1815 e 1820. Para a rua do Rosário, a variação também foi pequena, com acréscimo de duas edificações no mesmo período. Somente em 1820 a vila ganhou sua rua Direita, que contava com 18 edifícios habitados por militares, clérigos e oficiais do senado. A vila, em seus primeiros anos, contou com o acréscimo de 13 imóveis (105 para o primeiro levantamento e 118 para o ano de 1820).

A malha urbana de Baependi conheceu significativa complexificação ao longo do século XIX, com o acréscimo de áreas de circulação e moradia materializadas na abertura de novas ruas. Estas indicações aparecem nos registros da Câmara para anos posteriores ao do recorte deste artigo sugerindo o crescimento demográfico local e a ampliação da intervenção nos espaços citadinos.

## Conclusão

Buscou-se neste artigo entender os processos de ordenação do espaço em uma povoação que não foi contemplada com plantas ou planejamento técnico, visando identificar aspectos característicos de sua configuração espacial tendo como parâmetro o conceito de *regularidade* associado à tradição e à experiência. Foi possível perceber um modelo de implantação de povoações sob a influência do urbanismo português, como propõem os pesquisadores Manuel Teixeira, Nestor Goulart Reis Filho e Rodrigo de Almeida Bastos.

Para o caso de Baependi, pode ser verificada a recorrência da utilização da topografia para a implantação dos edifícios religiosos, pela localização dos templos em áreas de destaque na paisagem local e, seguindo a lógica urbanística em que a hierarquização dos espaços se funde à hierarquia da própria sociedade que os engendra, confirmou-se a concentração dos poderes civil, religioso e dos imóveis de parcela significativa dos habitantes no espaço central da localidade. A ordenação do espaço seguiu o modelo hierárquico da sociedade considerando conveniente excluir aqueles que habitavam fora dos padrões – espacial e social – almejado. Esta proposta pode ser corroborada pela ausência das ruas com concentração de população de “reconhecida pobreza” nas Décimas dos Prédios Urbanos o que pode indicar a dupla desqualificação: do logradouro e de seus moradores.

Artigo recebido em 06 mai. 2019

Aprovado para publicação em 14 jun. 2019

## Referências Bibliográficas

### Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE BAEPENDI. Documentação Avulsa - *Requerimento da Câmara ao Procurador sobre a arrematação do Aqueduto por Domiciano Ribeiro Nogueira, 17/01/1826*. Cx. 9, Doc. 212.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Alvará de criação da nova vigairaria de Nossa Senhora de Monsserate de Baependi cômgruas de 200 mil reis*. AHU\_ACL\_CU\_011, Cx.59, doc. 37 – 1752, fev 16.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Roteiros de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, Serra da Mantiqueira, 1710*. PT-AHU-CARTM-023-01207-00001.tiff.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Colonial. Códice 12, *Registro de Provisões, Patentes e Sesmarias*, f. 22-22v.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Colonial. Códice 21, Livro de 1721-1725, Registro de Cartas Patentes, Provisões, etc., ff. 130v e 131.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria de Governo da Província - *Alvará de Criação da Vila de Santa Maria de Baependi, 19 de julho de 1814*, Cx. 91, Doc. 18.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Solicitação em nome dos moradores de Baependi, de interseção junto a uma autoridade eclesiástica para permanência de religioso no lugar, 04/04/1723*. APESP 88-2-22. Transcrição 7 – Fólio 1r.

### Fontes secundárias

ARAÚJO, Renata Malcher de Araújo. “A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos”. In: *Anais do Museu Paulista*. vol.20, n. 1, São Paulo, jan/jun., 2012, p. 41-76.

AZEVEDO, Aroldo. “Vilas e cidades no Brasil Colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva”. In: *Revista Terra Livre. Geografia, Espaço e Memória*. São Paulo, pp. 23-78, nº 10, janeiro-julho, 1992.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da Cultura no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saterb Ltda, 1971.

BASTOS, Rodrigo de Almeida. “Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII”. In: *Revista do IEB*, n. 44, p. 27-54, fev. 2007.

\_\_\_\_\_. “O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII”. *Anais do Museu Paulista*. vol. 20 nº.1, pp. 201-230, jan./jun. 2012 Dossiê –

Caminhos da História da Urbanização no Brasil-Colônia, p. 204. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100008>>. Acesso: 19/01/2014, 13:45.

BRESCIANI, Maria S. “Cidade e História”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, pp. 16-35.

BRENNA, Giovanna Rosso Del. “Medieval ou Barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial”. In: *Revista Barroco*, v. 12, UFOP, 1981.

BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. “Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia”. *Anais do Museu Paulista*. vol.20, n. 1, São Paulo, jan/jun., 2012, p. 11-40.

COSTA, Antonio Gilberto. “Controles Setecentistas nos Caminhos para as minas de ouro de Minas Gerais”. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, pp. 82-96, jan./jun, 2016.

COVERLEY, Merlin. *A arte de caminhar. O escritor como caminhante*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2014 [2012].

DEFFONTAINES, Pierre. “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”. In: *Boletim Geográfico*, n. 15, 1944.

DELSON, Roberta. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*. Tradução e revisão Fernando Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997 [1979].

FONSECA, Claudia Damasceno. “O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações”. In: *LPH: Revista de História*, Mariana, n.º 7, 1997, pp. 67-107.

\_\_\_\_\_. *Arraiais e vilas d’ El Rei, Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG 2011.

\_\_\_\_\_. “Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.- jun. 2012.

FRIDMAN, Fania. *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

FURTADO, Junia. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra de Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrech e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”. In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul-dez, 2011, pp. 66-83.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve História do Urbanismo*. Tradução Emílio Campos Lima. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003 [1982]

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Semeador e o Ladrilhador”. In: *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido, 20ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEAL, Joana da Cunha. *A arquitetura privada política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal*. 2 V., Tese de Doutoramento, orientadora Margarida Acciaiuoli, História da Arte contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MARX, Murilo. "Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos". In: *Revista Barroco*, v. 15, pp. 389-393, UFOP, 1989 (1)

\_\_\_\_\_. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989 [1988]. Série Espaço e Desenho

MATA, Sergio da. "O Sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro (séculos XVIII-XIX)". In: *Revista Rhema*, Juiz de Fora: Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio, v. 4, n.º 16, 1998, pp. 11-43

\_\_\_\_\_. "O espaço do arraial na Minas antiga". In: *O espaço do arraial na Minas antiga*. Dimensões. Revista de História da UFES, n. 14, p. 191-223, 2002.

\_\_\_\_\_. "O espaço do poder". In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Dossiê Camaras Coloniais Mineiras, Ano XLII, nº 2, jul-dez, 2006.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. "A 'cartografia sertanista' e as conquistas portuguesas no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)". In: *Atas do VI Colóquio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 4 a 7 de novembro de 2015, Braga, Portugal, pp. 41-60.

PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Graphica Paulista, 1942.

PEREIRA, André Luiz Tavares. *Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII*. Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

PEREIRA, Magnus R. de M.; CRUZ, Ana Lúcia R. B. da. "O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter e conservar productos naturais". In: SANTOS, A. C. A; DORE, Andrea (org.). *Temas Setecentistas*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2009, v. pp. 241-252.

PIRES, Maria do Carmo; ANDRADE, Francisco Eduardo de; BOHRER, Alex Fernandes. *Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

RAMINELLI, Ronald. "Ilustração e império colonial". In: *História* (São Paulo), v. 31, n. 2, p. 36-67, jul/dez 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição aos estudos da Evolução urbana do Brasil, (1500 – 1720)*. São Paulo: Edusp, 1968.

## Artigo

Maria Cristina Neves de Azevedo

\_\_\_\_\_. "A urbanização e o Urbanismo na Região das Minas". In: *Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação. Cadernos de Pesquisa do LAP*. São Paulo, jul-dez, 1999, pp. 5-35.

RODRIGUES, José Damião. "Ciência, viagens e controlo do território: o caso do Brasil na segunda metade do século XVIII". In: *Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe Colombiano*. Año 11, nº 25, Barranquilla, Enero-Abril, 2015.

\_\_\_\_\_. "Geopolítica e migrações no contexto de Utrech: colonos portugueses no Brasil meridional". In: *Cuadernos de Historia Moderna*, 2013, XII, 101-108.

ROSSA, Walter. *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

RUSSELL-WOOD, John. "A sola dos pés é boa para aprendermos a história de um lugar". *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Edição 38, 09 dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/a-j-r-russell-wood>. Acesso em 30/01/2014, 16:20h.

SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SILVA, Maria Beatriz N. da. "Espaço e urbanismo". In: *A cultura Luso-Brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, pp. 71-76.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. *O urbanismo português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*. Lisboa: Livrarias Horizonte, 1999.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Projeto Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa*. Base de dados informatizada. Desenvolvido pelo Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitetura do ISCTE, financiado pelo programa PRÁXIS XXI da Fundação para a ciência e a tecnologia, 2000. Disponível em: <https://www.pavconhecimento.pt/641/as-cidades-pensadas-em-portugues-uma-heranca-para-o-seculo-xxi-arquivo-virtual-de-cartografia-urbana-portuguesa>. O link para este arquivo não se encontra disponível, sendo o acesso feito pelo CD-Rom existente no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa.

TRINDADE, Conego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Publicações do SPHAN, nº 13. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Imprensa Nacional, 1945.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1974.

VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 2. ed., São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1707/1853. Reedição comemorativa, 2007. Título XVII, 688, p. 253. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>.